



AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA LEITURA GEOGRÁFICA

Joseni Santos de Almeida¹
Mateus Barbosa da Silva²
Luiz Eugênio Pereira Carvalho³

RESUMO

A educação sexual compreende a autonomia dos sujeitos quanto ao seu direito sexual de modo que possam ter entendimento do seu processo de maturação biológica, das implicações quanto à saúde do corpo, da subjetividade da identidade sexual e os encadeamentos sociais de gênero. A geografia, nesse sentido ao procurar em seu objeto de estudo, o espaço, ler o mundo a partir da sua totalidade, deve contemplar e compreender a influência da pluralidade sexual na dinâmica socioespacial. Desse modo, a partir de uma revisão bibliográfica da literatura sobre a geografia de gênero e feminista, objetivamos com este trabalho apontar como a geografia pode contribuir para a educação sexual a partir da discussão das relações socioespaciais a fim de promover a formação de cidadãos autônomos sobre a sua relação com o seu corpo e espaço e de uma sociedade mais igualitária e consciente do processo de identificação sexual dos indivíduos, em especial das mulheres e as consequências para a sua autonomia. Para contribuição da nossa fundamentação teórica utilizamos as reflexões de Silva, Cavalcanti e Ribeiro. Dessa forma, compreendemos que a geografia e a educação sexual são áreas que devem caminhar juntas no sentido de propiciar um espaço para discutir as questões de gênero e sexualidade nas escalas sociais, culturais, históricas, espaciais e pessoais, passando a pensar os conceitos seus conceitos como território, escala, espaço, lugar e paisagem desde a perspectiva da organização da sociedade como um todo até o corpo do sujeito e as suas implicações.

Palavras-chave: Geografia, Educação sexual, Gênero.

INTRODUÇÃO

A educação sexual compreende a autonomia dos sujeitos quanto ao seu direito sexual de modo que possam ter entendimento do seu processo de maturação biológica, das implicações quanto a saúde do corpo, da subjetividade da identidade sexual e os encadeamentos sociais de gênero. Há, no entanto, uma preocupação sobre o envolvimento das escolas nessa discussão. Porém, em um ambiente de construção coletiva e pluralidade de indivíduos, abordar sexualidade surge como uma oportunidade de formar cidadãos mais tolerantes e conscientes de si e do outro e, a escola, em sua função social de organizar conhecimentos historicamente estabelecidos e transmiti-los, é uma das instituições mais capacitadas para abordar a sexualidade.

A introdução da orientação sexual no espaço escolar passou a ser considerada a partir da década de 70 e demandada em meados da década de 80 devido à preocupação dos educadores com o aumento de gravidez e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) entre os adolescentes. Nessa perspectiva, o debate acerca da discussão sexual nas escolas desenvolveu-se aliado aos problemas de saúde dos adolescentes, trabalhada nas disciplinas relacionadas como ciência e biologia. No entanto, a sexualidade não parte de um princípio

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, geographyprofessor.josy@gmail.com;

² Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, mateus.barbosa@estudante.ufcg.edu.br;

³ Professor orientador: Professor associado da Unidade Acadêmica de Geografia na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, luiz.eugenio@professor.ufcg.edu.br;



apenas biológico, pois também é construída socialmente bem como culturalmente e, por isso, partindo da premissa de que nossa sociedade é estruturada a partir de valores heteronormativos, patriarcais e religiosos, observamos-a refletida em mazelas sociais que estão cada vez mais em discussão como: violência sexual/gênero, preconceito, feminicídio, entre outros.

Na mesma perspectiva, do ponto de vista geográfico, considera-se o impacto espacial dessas múltiplas violências estruturais com impossibilidade de usufruto de espaços ao não sentir segurança em ir a determinado lugar e sair em horários pouco movimentados por medo de a qualquer momento ser uma vítima, pois como bem reflete Yi Fu Tuan “o medo existe na mente, mas, exceto nos casos patológicos, têm origem em circunstâncias externas que são realmente ameaçadoras” (TUAN,2005). Além disso, considera também os impactos sociais refletidos nas posições de poder e desigualdades de trabalho entre os gêneros.

Compreende-se também a transversalidade entre o público e o privado, tendo em vista que a violência sexual ocorre amplamente dentro das residências e por familiares, assim como a violência doméstica.

A geografia, nesse sentido ao procurar em seu objeto de estudo, o espaço, ler o mundo a partir da sua totalidade, deve contemplar e compreender a influência da pluralidade sexual na dinâmica socioespacial, tendo em vista que os valores acerca da sexualidade dentro de uma sociedade são determinantes para a maneira como os direitos sexuais dos indivíduos será tratada e respeitada. É notória a sua importância nas ciências humanas, principalmente da geografia para analisar e refletir como a sexualidade se comporta espacialmente e, na escola, discutir e questionar sobre como as estruturas hegemônicas heteronormativas e patriarcais vigentes impactam as relações de gênero e reconhecer a diversidade de sujeitos que (re)constróem o espaço e a sociedade.

Desse modo, a partir de uma revisão bibliográfica da literatura sobre a geografia de gênero e feminista, objetivamos com este trabalho apontar como a geografia pode contribuir para a educação sexual a partir da discussão das relações socioespaciais a fim de promover a formação de cidadãos autônomos sobre a sua relação com o seu corpo e espaço e de uma sociedade mais igualitária e consciente do processo de identificação sexual dos indivíduos, em especial das mulheres e as consequências para a sua autonomia.

EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

A sexualidade constitui-se inerentemente ao sujeito e constrói-se de uma variedade de perspectivas - subjetiva, biológica, social, histórico, religioso e cultural. Os valores morais sobre o sexo é moldada pelo contexto cultural que o indivíduo se encontra e, considerando a sociedade de raízes patriarcais e heteronormativas na qual se perpetua desigualdades de gênero e preconceitos profundos, refletir sobre as normas vigentes é essencial para efetivação de uma igualdade social. Os parâmetros curriculares nacionais para a orientação sexual ao discutirem a temática, entendem o caráter cultural na produção da sexualidade.

A sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois, além da sua potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, necessidade fundamental das pessoas. Manifesta-se desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento humano, sendo construída ao longo da vida. Além disso, encontra-se necessariamente marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada sujeito. Indissociavelmente ligado a valores, o estudo da sexualidade reúne contribuições de diversas áreas, como Educação, Psicologia,



Antropologia, História, Sociologia, Biologia, Medicina e outras. Se, por um lado, sexo é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais), a sexualidade, entendida de forma bem mais ampla, é expressão cultural. (BRASIL, p 295)

Nesse sentido, escola que se propõe a incluir a educação sexual no currículo precisa reconhecer esses processos de modo que não seja apenas informativa no sentido de orientar sobre a responsabilidade sexual e riscos para a saúde. É importante que o aluno desenvolva criticamente suas concepções e autonomia acerca dos valores e comportamentos ligados ao sexo, gênero, identidade de gênero etc. Segundo Maia e Ribeiro, para isso, a educação sexual deve possuir caráter crítico que leve o aluno a refletir sobre as concepções vigentes acerca da sexualidade.

Partimos, portanto, do princípio que a educação sexual na escola deve ser um processo intencional, planejado e organizado que vise proporcionar ao aluno uma formação que envolva conhecimento, reflexão e questionamento; mudança de atitudes, concepções e valores; produção e desenvolvimento de uma cidadania ativa; e instrumentalização para o combate à homofobia e à discriminação de gênero. (MAIA; RIBEIRO, 2011)

No decorrer do crescimento o sujeito apropria-se de conhecimentos e experiências que irão construir os valores sexuais de uma pessoa - inicialmente pelo grupo familiar e depois por amigos, redes midiáticas, discursos religiosos e outros. A forma como cada sociedade se organiza a partir de suas concepções socioculturais são determinantes para a maneira que a sexualidade é pensada para os diferentes grupos de pessoas e a aceitação de seus direitos sexuais igualitários: mulheres, homens e LGBTQIAP+. Dessa forma, há um bombardeamento corrente de informações que influenciam como ela é enxergada.

[...]quando chega à escola, cada pessoa já carrega consigo os valores sexuais transmitidos pela cultura e sua concepção de sexualidade foi influenciada pela família e pelo grupo social do qual faz parte. Assim, a educação sexual escolar precisa não apenas orientar, ensinar, informar, mas também discutir, refletir e questionar esses valores e concepções de maneira a possibilitar que cada indivíduo tenha uma compreensão dos referenciais culturais, históricos e éticos que fundamentam sua visão de sexualidade e sua prática sexual. (MAIA; RIBEIRO, 2011)

Dessa maneira, cabe pensar o papel das ciências humanas, e em especial a geografia, no processo de reconhecimento dos impactos sexuais na organização da sociedade, na ocupação dos espaços, na autonomia dos corpos e nas posições de poder.

PENSANDO A SEXUALIDADE NA PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA

Para incluir a discussão da sexualidade na geografia é preciso compreender que esta, como ciência, passou por quebras de paradigmas. A ciência geográfica construiu-se a partir de uma visão objetiva e neutra, marcada por privilégios de sexo e de raça que contemplaria



apenas atores hegemônico (homem hétero e branco) para a compreensão da (re)estruturação do espaço, excluindo outros grupos e negando sua atuação no meio (JOSELI, 2009).

Desde a década de 1970, na segunda onda do feminismo, geógrafas passaram a questionar a ciência geográfica hegemônica devido ao seu caráter excludente, tendo em vista que não considerava as pluralidades dos corpos como um fenômeno transformador da sociedade. Assim objetivando contrapor-se a ciência normativa vigente, novas geografias foram surgindo — geografia de gênero, geografia da sexualidade e geografia Queer, para dar visibilidade a grupos sociais desconsiderados no meio científico. Segundo Joseli Maria, a geografia é uma ciência social e, por isso, não deve negar os múltiplos sujeitos que reconfiguram o espaço.

Qualquer ciência que tenha como foco a análise as relações humanas deve ter em conta que a humanidade não é uniforme e que a diferença entre homens e mulheres é umas das principais categorias de análise. Além disso, as relações de gênero permeiam todas as sociedades, apesar das diferenças espaciais e temporais. (SILVA, 2009. P, 60)

As discussões acerca da desigualdade de gênero político, social e acadêmico, no âmbito acadêmico, desenvolveram-se em países da Europa e da América do Norte com a primeira e, mais enfática, com a segunda onda do feminismo, porém a América Latina como um todo e mais precisamente o Brasil ainda encontram barreiras para o reconhecimento das temáticas feministas na ciência geográfica (ORNAT, 2008). Uma pesquisa organizada pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) a partir do compilado de banco de dados com 13.990 artigos de periódicos científicos brasileiros de instituições de cunho geográfico constatou que apenas 167 destes tratavam de Gênero (1,2 %) e somente 49 artigos abordaram a temática de Sexualidades (0,3%). (CESAR; PINTO, 2015).

A escassez de pesquisas relacionadas às discussões acerca de gênero e sexualidade aponta o desinteresse e a invisibilidade dessas temáticas na ciência geográfica. No entanto não reflete a demanda de um olhar crítico e atento das suas influências da transformação do espaço. O imaginário social sobre a sexualidade e gênero constrói narrativas que implicam na maneira como a sociedade se organiza.

A constituição brasileira garante que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Art. 05, 1998) e que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (Art. 05, 1998). Teoricamente todos, sem distinção, possuem a liberdade de ir e vir e de serem igualmente tratados. No entanto, na prática existem limitações de gênero que impedem as mulheres de ocuparem determinados espaços, transitarem em horários pouco movimentados, ocuparem cargos de importância (ou até mesmo conseguir emprego), entre outros por correrem risco de serem violentadas e terem a sua capacitação inferiorizada ou não conseguirem adentrar no mercado devido às atividades domésticas.

Segundo o censo 2018, mesmo com uma leve queda (3%) da desigualdade salarial de 2012 a 2018, as mulheres ainda recebem 20% a menos que os homens. Um dos fatores que explicam esse dado é que elas possuem cargas horárias reduzidas, pois necessitam dedicar tempo a outras atividades como afazeres domésticos e cuidados de outras pessoas. De acordo com o censo 2016 as mulheres dedicam cerca de 73% a mais de horas com essas atividades do que os homens. Quanto a posições de poder, as mulheres ocupam 10,5% dos assentos da câmara dos deputados e 39,1% de cargos gerenciais contra 60,9% ocupados por homens. (IBGE, 2018; IBGE 2016; IBGE, 2017).



A pesquisa do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) sobre segurança pública (IPEA, 2012b) apontou que as mulheres apresentam um medo mais acentuado nos espaços públicos em relação aos homens. Seu medo está relacionado à integridade física, assalto a mão armada e assassinato, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1 - diferença do medo entre homens e mulheres

Crime	Mulheres	Homens
Medo de assalto à mão armada	72,2%	50,3%
Medo de assassinatos	71,3%	51,7%
Medo de agressão física na rua	64,7%	42,3%

Fonte: Pesquisa SIPS – IPEA, 2012b. Elaboração: Joseni Santos de Almeida

Na mesma direção, segue também a importante reflexão entre o público e o privado, tendo em vista que as residências são espaços de violência para as mulheres de todas as idades. No período de 2011 a 2017, foram notificados no Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) 184.524 casos de violência sexual. Desse total, 76,5% dos casos notificados eram entre crianças e adolescentes. Entre as crianças do sexo feminino, 71,2% das violências ocorreram em suas residências e entre as adolescentes 58,7% aconteceram em suas residências e a via pública 14,1%. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018)

Dessa forma, repensar o espaço a partir da sua pluralidade e das relações de poder sobre os gêneros se faz necessário para compreender a maneira como a sociedade posiciona as minorias e, nesse caso, a mulher. A partir disso, a geografia escolar, dentro da perspectiva da educação sexual terá a fundamentação necessária para discutir essas relações de maneira crítica a fim de construir cidadãos conscientes de privilégios e desigualdades e das imposições de valores patriarcais e desenvolver a autonomia sobre seus corpos.

A GEOGRAFIA ESCOLAR E A EDUCAÇÃO SEXUAL DENTRO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Como consequência da lacuna científica, o espaço para a discussão da sexualidade dentro da geografia no âmbito escolar também fica limitada. Observa-se essa ausência ao atentar-se para Base Nacional de Comum Curricular (BNCC), o “documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.” (BRASIL), não contempla temáticas de gênero e sexualidade voltadas para o ensino de geografia mesmo com o próprio Ministério da Educação atribuindo a educação sexual como uma temática transversal, que perpassa todas as disciplinas (BRASIL).

A geografia no contexto escolar busca construir raciocínio geográfico e caminhar para efetivação de uma cidadania no sentido de “exercício pleno dos direitos e deveres de cidadão numa sociedade democrática, incluindo a participação efetiva em todo o processo social como sujeito histórico, de forma crítica e consciente.” (LEITE, 1989). Ao contemplar a educação sexual, a geografia estará contribuindo para o reconhecimento das estruturas socioculturais e históricas da formação dos valores e comportamento diante da sociedade e, dessa forma, auxiliará na reflexão e questionamentos sobre os efeitos dessas estruturas de valores, na desmistificação dos estereótipos sexuais e na construção de uma autonomia sexual.

A referência à formação da cidadania como uma das tarefas da escola já é uma ideia bastante consolidada e, por isso mesmo, é importante delimitar os significados mais concretos desse conceito. Formar



cidadão é um projeto que tem como centro a participação política e coletiva das pessoas nos destinos da sociedade e da cidade. Essa participação está ligada à democracia participativa, ao pertencimento à sociedade. Assim, nesse conceito, pressupõe-se a conexão entre espaço público e construção da identidade dos cidadãos. (CAVALCANTI, 2012, P. 45)

Em seus variados conceitos como espaço, escala, território, paisagem e região, a Geografia consegue constituir análises mais completas e fazer a leitura do mundo em sua totalidade. Ao envolvê-los na discussão de gênero e sexualidade é possível estabelecer um vínculo entre a escala social e pessoal, tendo em vista que o indivíduo sofre influência direta da maneira como uma sociedade se organiza e esta, por sua vez, está intimamente ligada ao espaço.

O mérito do conceito de formação sócio-espacial ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. (CORREIA, 2000)

Assim, a Geografia pode contribuir diretamente para a autonomia acerca dos direitos sexuais, imposições e implicações sociais. Compreender o porquê as atividades domésticas ainda são majoritariamente destinada às mulheres e a sua relação com a dificuldade em ocupar posições de poder; questionar o direito de ir e vir negado pelo medo e o controle sobre os corpos femininos; e refletir sobre a formação social e a relação de poder entre os gêneros, são importantes para a construção da autonomia dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação sexual ao ser compreendida como uma temática transversal deve ser aplicada como tal. Da mesma maneira, ela não deve ser estabelecida apenas pelo viés da saúde, tendo em vista que a sexualidade se faz também pelo constructo social. A sociedade, por sua vez, área de análise da geografia, reflete espacialmente as diferenças historicamente construídas de gênero, cor e sexo. Nesse sentido, é de suma importância o reconhecimento desses fatores para o desenvolvimento de cidadãos críticos para a formação de uma cidadania plena.

Dessa forma, compreendemos que a geografia e a educação sexual são áreas que devem caminhar juntas no sentido de propiciar um espaço para discutir as questões de gênero e sexualidade nas escalas sociais, culturais, históricas, espaciais e pessoais, passando a pensar os conceitos seus conceitos como território, escala, espaço, lugar e paisagem desde a perspectiva da organização da sociedade como um todo até o corpo do sujeito e as suas implicações.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação, (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual**. Brasília, MEC/SEF.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília**. DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Página: 13. Disponível in:



https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1. Acesso em: 18 set. 2020.

CAVALCANTI, L. de. S. **O ensino de geografia na escola**. Campinas, SP: Papirus, 2012. p. 45 – 47. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2799015/mod_resource/content/2/texto15_libaneo_plano%20de%20aula.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P.C.da.C.; CORRÊA, R. L.(Org.). **Geografia, conceitos e temas**. 2ºed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. Cap 1.

CESAR, T.R.A.de.O., PINTO, V.A.M. **A Produção Intelectual da Geografia Brasileira, entorno das Temáticas de Gênero e Sexualidades: uma visão a partir dos periódicos on line**. Ponta Grossa: Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/COREI5/Downloads/7214-Texto%20do%20artigo-25165-2-10-20150320.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE (Brasil). **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE (Brasil). Censo Demográfico:2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> . Acesso em: 16 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE (Brasil). Censo Demográfico:2017. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> . Acesso em: 16 set. 2020.

IPEA. **Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) Segurança Pública**. 2012 b. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120523_comunicadoipea0149.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. **EDUCAÇÃO SEXUAL: PRINCÍPIOS PARA AÇÃO**. SP: Doxa, v.15, n.1, p.75-84, 2011. Disponível in: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/124985>. Acesso em: 10 set. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017**. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/COREI5/Downloads/2018-024.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

ORNAT, M. **Sobre espaço e genero, sexualidade e geografia feminista**. Terr@Plural, Ponta Grossa, 2 (2): 309-322 , jul./dez., 2008. Disponível em: file:///C:/Users/COREI5/Documents/Geografia%20Feminista/TerrPlural_2008_b_B4%20Lido.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

TUAN, Yu Fu. **Paisagens do Medo**. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005. Disponível em:



file:///C:/Users/COREI5/Downloads/kupdf.net_tuan-yi-fu-paisagens-do-medo.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.